



Preservação do meio ambiente para uma saudável qualidade de vida

Marcos José Cavalcanti Leite Saraiva¹

Desde outrora, os sanitaristas apregoam que o meio ambiente e a qualidade de vida estão intimamente interligados, mas recentemente esta conscientização tornou-se mais visível devido à proliferação de doenças infecciosas e ao aumento de óbitos ocasionados pela degradação ambiental.

O processo de agressão ao meio ambiente iniciou-se com a criação das grandes metrópoles, porque o homem alterou o ecossistema para assegurar a própria sobrevivência e lhe proporcionar conforto. Essas transformações do espaço preexistente para habitação humana, de forma desordenada, afetou as características da superfície terrestre pela destruição de grande parte da cobertura vegetal, resultando em bruscas alterações climáticas, como também na contaminação do solo, do ar atmosférico, das águas dos oceanos, pluviais, fluviais e subterrâneas.

As principais causas da degradação do meio ambiente são falta de educação ambiental e de saneamento básico, uma vez que não temos a universalização dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem.

O principal impacto na saúde pública decorrente da falta do saneamento básico é o surgimento de doenças infecciosas de veiculação hídrica. Portanto, a água apesar de ser imprescindível para manutenção da vida, mas quando não potável, pode desencadear moléstias, como a amebíase, giardíase, gastroenterite, febres tifoide, hepatite e cólera.

A água também é coadjuvante na contaminação por verminoses, como a esquistossomose, ascariíase, teníase, e ancilostomíase e oportuniza a proliferação de vetores, como o mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, do zika vírus, da febre amarela e chikungunya.

Enquanto as questões estruturais necessárias para prevenção de doenças infecciosas e mitigação dos fatores de riscos do meio ambiente não são devidamente tratadas, resta aos profissionais da saúde remediar essas moléstias, que poderiam ser evitadas ou reduzidas com ações de medicina preventiva, como serviços de saneamento básico, que é uma obrigação do Estado.

Adicionado desse descaso governamental, ainda temos certo desconhecimento acerca do reflexo das profundas implicações da falta desses serviços para com a saúde pública e a preservação do meio ambiente. A omissão do poder público também é evidenciada pela inexistência de campanhas institucionais para conscientizar a população sobre a importância da conservação ambiental.

Portanto, destacamos a brilhante inciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com o lançamento da Campanha da Fraternidade Ecumênica 2016, focando no direito de todos ao saneamento básico e no debate de políticas públicas para garantir a integridade e o futuro do meio ambiente. Com o tema “Casa comum, nossa responsabilidade”.

Entretanto, alertamos que também cabe à sociedade contribuir para preservação do meio ambiente, exigir dos nossos governantes que cumpram com as obrigações constitucionais para universalização dos serviços de saneamento básico e oferecem serviços de saúde com qualidade.

¹Companhia de Água e Esgoto do Ceará, Superintendente Metropolitano. Fortaleza, CE, Brasil.